

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Cel INF ANDRÉ LUIS NASCIMENTO CAJAZEIRA

**A reativação da 7ª Divisão de Exército e a reorganização
operacional do Comando Militar do Nordeste**



Rio de Janeiro
2022

Cel INF ANDRÉ LUIS NASCIMENTO **CAJAZEIRA**

**A reativação da 7ª Divisão de Exército e a
reorganização operacional do Comando Militar do
Nordeste**

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Cav R1 CARLOS MAGNO Fernandes do Nascimento

Rio de Janeiro
2022

C139a Cajazeira, André Luis Nascimento

A Reativação da 7ª Divisão de Exército e a reorganização operacional do Comando Militar do Nordeste. / André Luis Nascimento Cajazeira - 2022.

39 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Carlos Magno Fernandes do Nascimento.

Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 38-39

1. REATIVAÇÃO. 2. REORGANIZAÇÃO. 3. ESTRATÉGIA DA DISSUAÇÃO. 4. COMANDO MILITAR DO NORDESTE. 5. 7ª DIVISÃO DE EXÉRCITO. I. Título.

Cel INF ANDRÉ LUIS NASCIMENTO CAJAZEIRA

A reativação da 7ª Divisão de Exército e a reorganização operacional do Comando Militar do Nordeste

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em _____ de _____ de 2022.

COMISSÃO AVALIADORA

Carlos Magno Fernandes do Nascimento – Cel R1 Cav – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Glauber Côrrea **Netis** Teles – Cel Inf – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

José **Euclides** Oliveira de Araujo – Cel Com – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Concepção Estratégica (CE) do Exército demonstra como o Exército deve ser empregado para cumprir sua missão, bem como sua organização, articulação e preparação. Já o Plano Estratégico do Exército (PEEx) direciona o esforço dos investimentos da Força para o quadriênio 2020-2023, dando prosseguimento ao processo de TRANSFORMAÇÃO do Exército rumo à Era do Conhecimento sendo orientado pela MISSÃO e VISÃO DE FUTURO do Exército. O Objetivo Estratégico do Exército Nr 1 (OEE 1) - CONTRIBUIR COM A DISSUASÃO EXTRARREGIONAL, estabelece a implantação de uma OM na área do semiárido nordestino ou a rearticulação das OM do CMNE, incluindo mudanças de tipo (I, II e III). O OEE 5 - MODERNIZAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE (SISOMT) - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE determina o aumento da capacidade de pronta resposta da Força Terrestre, aperfeiçoamento do Preparo da Força Terrestre, aumento da efetividade do Emprego da Força Terrestre. Já o OEE 13 - OEE 13 – FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA trata, também, da reestruturação das Regiões Militares. Assim, para cumprir o prescrito na CE e no PEEx foram realizados estudos que proporcionaram a autorização para reativação da 7ª Divisão de Exército com sede em Recife – PE, subordinada ao Comando Militar do Nordeste, contribuindo para a reorganização do CMNE com a finalidade de enfrentar aos novos desavios e contribuir com o Exército Brasileiro na missão do CMNE referente a dissuasão extraregional.

Palavras-chave: Reativação. Reorganização. Estratégia da Dissuasão. Comando Militar do Nordeste. 7ª Divisão de Exército. Centro de Coordenação do Preparo e Emprego.

RESUMEN EJECUTIVO

La Concepción Estratégica (CE) del Ejército demuestra cómo debe emplearse el Ejército para el cumplimiento de su misión, así como su organización, articulación y preparación. El Plan Estratégico del Ejército (PEEx) orienta el esfuerzo de las inversiones de la Fuerza para el cuatrienio 2020-2023, continuando el proceso de TRANSFORMACIÓN del Ejército hacia la Era del Conocimiento, guiado por la MISIÓN y VISIÓN DEL FUTURO del Ejército. El Objetivo Estratégico del Ejército N° 1 (OEE 1) - CONTRIBUYENDO A LA DESTRUCCIÓN EXTRAREGIONAL, establece la implantación de un OM en el semiárido nororiental o la rearticulación del OM de la CMNE, incluyendo cambios de tipo (I, II y III). OEE 5 - MODERNIZACIÓN DEL SISTEMA OPERATIVO MILITAR TERRESTRE (SISOMT) - PREPARACIÓN Y EMPLEO DE LA FUERZA TERRESTRE determina el aumento de la capacidad de respuesta rápida de la Fuerza Terrestre, mejoramiento de la Preparación de la Fuerza Terrestre, aumento de la efectividad del Empleo de la Fuerza Terrestre. Por otro lado, la OEE 13 - OEE 13 - FORTALECIMIENTO DE LA DIMENSIÓN HUMANA también trata de la reestructuración de las Regiones Militares. Así, para cumplir con las disposiciones de la CE y del PEEx, fueron realizados estudios que autorizaron la reactivación de la 7ª División del Ejército con sede en Recife - PE, subordinada al Comando Militar del Nordeste, contribuyendo a la reorganización de la CMNE para enfrentar los nuevos desafíos y contribuir al Ejército Brasileño en la misión CMNE de disuasión extrarregional.

Palabras clave: Reactivación. Reorganización. Estrategia de disuasión. Comando Militar del Nordeste. 7ª División del Ejército. Centro de Preparación y Coordinación de Empleo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AED	Ação Estratégica de Defesa
CCPE	Centro de Coordenação do Preparo e Emprego
C Mil A	Comandos Militares de Área
CF	Constituição Federal
CE	Concepção Estratégica
Cia Com	Companhia de Comunicações
Cmt	Comandante
CMNE	Comando Militar do Nordeste
CMT	Capacidade Militar Terrestre
CND	Capacidade Nacional de Defesa
COTER	Comando de Operações Terrestres
CSA	Coordenador de Segurança de Área
DE	Divisão de Exército
DN	Defesa Nacional
EB	Exército Brasileiro
ED	Estratégia de Defesa
EMD	Estratégia Militar de Defesa
EME	Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESE	Escola de Sargentos do Exército
F Ter	Força Terrestre
FA	Forças Armadas
FS	Força Singular
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GM	Guerra Mundial
GVA	Garantia da Votação e Apuração
HE	Hipótese de Emprego
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LC	Lei Complementar
MD	Ministério da Defesa
MOD	Módulo
NU	Núcleo
OEE	Objetivo Estratégico do Exército

OM	Organização Militar
OMDS	Organização Militar Diretamente Subordinada
OND	Objetivos Nacionais de Defesa
PEECFA	Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas
QCP	Quadro de Cargos Previstos
QDM	Quadro de dotação de material
PEEx	Plano Estratégico do Exército
PND	Política Nacional de Defesa
PRM	Posto de Recrutamento e Mobilização
QM	Qualificação Militar
RM	Região Militar
SIPLEX	Sistema de Planejamento Estratégico do Exército
TO	Teatro de Operações
ZMN	Zona Militar do Norte

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA.....	11
2.1 PROBLEMA.....	12
2.2 OBJETIVOS	12
2.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	12
2.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	12
2.5 METODOLOGIA	13
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	13
3.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	13
3.2 LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL, POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.....	14
3.3 O EXÉRCITO BRASILEIRO.....	16
3.4 FORÇA TERRESTRE.....	16
3.5 CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO.....	17
3.6 PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO.....	18
4 ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	18
4.1 CONFLITOS NA REGIÃO NORDESTE.....	18
4.2 DA 2ª GM ATÉ A DESATIVAÇÃO DA 7ª DIVISÃO DE EXÉRCITO.....	20
5 PROCESSO DE REATIVAÇÃO DA 7ª DIVISÃO DE EXÉRCITO.....	23
6 O COMANDO MILITAR DO NORDESTE.....	26
6.1 COMANDO E CONTROLE NO CMNE.....	31
6.2 OUTRAS ESTRUTURAS MILITARES NA ÁREA DO CMNE.....	31
7 A 7ª DIVISÃO DE EXÉRCITO.....	32
8 CENTRO DE COORDENAÇÃO DO PREPARO E EMPREGO.....	35
9 RECOMENDAÇÕES.....	35
10 CONCLUSÃO.....	37
REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país localizado na América do Sul com cerca de 8,5 milhões de km² de área terrestre e 4,5 milhões de km² de águas jurisdicionais fazendo fronteira com 9 países e um território francês. Possui 16866 Km de fronteiras e um extenso litoral com 7,4 mil Km. O Território Nacional está dividido nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, com características e peculiaridades próprias, sendo a região Nordeste a segunda mais densamente povoada e tendo sua população concentrada do litoral em função do fenômeno da escassez de água no interior. Dentre as diversas regiões, o NE é a que possui maior litoral debruçado em porção do Atlântico Sul.

O Estado Brasileiro possui como uma de suas principais atribuições o provimento da defesa nacional, proporcionando segurança e bem-estar para a sociedade e garantindo que o País não sofra agressões externas que ameacem a segurança nacional. Conforme a Política Nacional de Defesa (PND) um dos pilares fundamentais para a concepção da Defesa Nacional é a manutenção da Forças Armadas em permanente condições de emprego com a finalidade de cumprir com suas missões constitucionais e proporcionar adequada capacidade de dissuasão.

Segundo está definido na Concepção Estratégica do Exército a Missão precípua do Exército Brasileiro é de contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem estar social.

Para o cumprimento de sua missão o Exército, observando as principais Estratégias de Emprego utilizadas pelas Forças Armadas descritas na Doutrina Militar de Defesa, prioriza as estratégias da Presença e da Dissuasão. A Estratégia da Dissuasão como forma de desencorajar qualquer tentativa de agressão externa ao Estado Brasileiro, e a Estratégia da Presença articulando a presença militar no território nacional, proporcionando mobilidade estratégica e desenvolvendo mentalidade de defesa na sociedade.

Conforme definido no manual EB20-MF-10.101 – O EXÉRCITO BRASILEIRO, a Força Terrestre (F Ter) é instrumento de ação do Comando do Exército, estruturada, em tempo de paz, para o cumprimento de missões operacionais terrestres, em Comandos Militares de Área (C Mil A). Aos C Mil A, compete o preparo, o planejamento e o emprego operacional da F Ter, desdobrada na área sob sua jurisdição e estão distribuídos no território nacional em 8 (oito) sedes: MANAUS-AM

(Comando Militar da Amazônia - CMA), BELÉM-PA (Comando Militar do Norte - CMN), RECIFE-PE (Comando Militar do Nordeste - CMNE), BRASÍLIA – DF (Comando Militar do Planalto - CMP), RIO DE JANEIRO-RJ (Comando Militar do Leste - CML), SÃO PAULO-SP (Comando Militar do Sudeste - CMSE), CAMPO GRANDE-MS (Comando Militar do Oeste - CMO) e PORTO ALEGRE – RS (Comando Militar do Sul - CMS). Os C Mil A estão organizados em: Comando, Grandes Comandos Operativos e Grandes Unidades.

Nos últimos anos, seguindo as diretrizes do Estado-Maior do Exército (EME), o CMNE vem passando por transformações na sua articulação, bem como modernizando estruturas face a importância da região Nordeste no contexto dos objetivos estratégico do Exército e dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Movimentos como instalação de escolas de formação, ampliação de estruturas de apoio aos militares e a família militar, aumento da capacidade de organizações militares operacionais, modernização de equipamentos e a reativação de uma Divisão de Exército, demonstram a importância do Comando Militar do Nordeste para o Exército e para o País.

Em 29 de setembro de 2021, por autorização do Sr Presidente da República foi reativada a 7ª Divisão de Exército com sede em Recife – PE, subordinada ao Comando Militar do Nordeste, alterando dessa forma, a articulação das Organizações Militares do CMNE com o objetivo de obter uma maior capacidade de projeção de poder de combate.

Dentro deste escopo, o trabalho discorre sobre a organização da 7ª Divisão de Exército em proveito da missão do Comando Militar do Nordeste, suas características e peculiaridades, visão de futuro e possibilidade de criação ou transformação de outras estruturas militares, tudo com a finalidade de contribuir para a estratégia da dissuasão conforme as diretrizes do Estado-Maior do Exército.

Neste contexto, surge o objetivo geral desta pesquisa, que pretende analisar a reativação da 7ª Divisão de Exército dentro da reorganização do Comando Militar do Nordeste, com o objetivo de, atendendo a Estratégia da Dissuasão, contribuir com o processo de rearticulação da Força Terrestre dentro do território nacional.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho seguirá a metodologia apresentada a seguir.

2.1 PROBLEMA

Dentro do contexto apresentado, surge a possibilidade de analisar a rearticulação do Comando Militar do Nordeste com a reativação da 7ª Divisão de Exército.

Assim sendo, surge a situação-problema da pesquisa: Como o Comando Militar do Nordeste, com a reativação da 7ª Divisão de Exército, contribuirá com a rearticulação da Força Terrestre para atender a Estratégia da Dissuasão?

2.2 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Analisar a reativação da 7ª Divisão de Exército dentro da reorganização do Comando Militar do Nordeste com o objetivo de, atendendo a Estratégia da Dissuasão, contribuir com o processo de rearticulação da Força Terrestre dentro do território nacional.

Objetivos específicos:

- Verificar as principais características da estratégia da dissuasão;
- Apresentar a Estrutura Militar de Paz da Força Terrestre;
- Apresentar a organização do Comando Militar do Nordeste com a reativação da 7ª Divisão de Exército;
- Apresentar estrutura organizacional da 7ª Divisão de Exército atual e principais planejamentos futuros;
- Verificar a atual situação de coordenação relativa ao preparo, emprego, e ligação de comando das OM Operacionais do CMNE diretamente subordinadas as Regiões Militares; e
- Propor possíveis oportunidades de melhorias relativo a organização e articulação da 7ª Divisão de Exército.

2.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O Exército Brasileiro desenvolve a rearticulação da Força Terrestre com a finalidade de atender tanto aos objetivos preconizados na Estratégia da Presença como na Estratégia da Dissuasão.

A Força Terrestre está desdobrada ao longo de todo território nacional através dos Comandos Militares de Área, e para esta pesquisa o estudo estará limitado apenas à rearticulação do Comando Militar do Nordeste face a reativação da 7ª Divisão de Exército.

2.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O presente trabalho espera demonstrar a importância da reativação 7ª Divisão de

Exército, como estrutura operacional, organizada para fins de emprego em prol da missão do Comando Militar do Nordeste, bem como, possíveis sugestões, relativo a reorganização ou rearticulação de estruturas militares do CMNE. Também, o presente trabalho pretende contribuir com o planejamento da articulação do Exército Brasileiro para atender a estratégia da dissuasão.

2.5 METODOLOGIA

Essa pesquisa será qualitativa, descritiva e bibliográfica. Será qualitativa, uma vez que privilegiará análises de documentos para entender a importância histórica do Comando Militar Nordeste e sua atual organização e articulação. Descritiva porque pretende descrever, de uma maneira geral, o processo de reativação da 7ª Divisão de Exército e sua contribuição na missão do CMNE em atender ao Objetivo Estratégico do Exército de contribuir com a dissuasão extraregional.. Bibliográfica porque terá sua fundamentação teórico-metodológica baseada na investigação dos assuntos, relativos ao tema deste trabalho, em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral. Os instrumentos utilizados serão livros, normas, portarias, e manuais do Brasil, particularmente no nível federal e do Exército Brasileiro, além de palestras, artigos em revistas e monografias afins

3 REVISÃO DE LITERATURA

Com a finalidade de se melhor compreender o assunto pesquisado, foram verificadas as publicações a seguir relacionadas com o tema em questão.

3.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição Federal (CF) de 1988, agregada pela Lei Complementar (LC) nº 97, de 9 de junho de 1999, e as atualizações advindas da LC nº 117, de 2 de setembro de 2004, e da LC nº 136, de 25 de agosto de 2010 é considerada como marco legal de toda a documentação de defesa. (BRASIL, 1988)

O Setor de Defesa é composto pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas constituídas pela Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira, sendo instituições que devem ter capacidade de contribuir, efetivamente, para o esforço nacional de defesa, mantendo-se modernas, compatíveis com a estatura político-estratégica do País e permanente prontas para serem empregadas.

Conforme Art. 142 da Constituição da República Federativa do Brasil, As Forças Armadas, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base

na hierarquia e na disciplina, dispondo de estruturas próprias, sob a autoridade suprema do Presidente da República, que é o Comandante Supremo, e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem.

3.2 LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL, POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), é uma publicação oficial do governo brasileiro que trata de assuntos destinados a Defesa Nacional, trazendo para a sociedade o debate, os desafios e a visão de futuro, sobre a soberania e políticas estratégicas para o Brasil, como integridade territorial, consecução dos objetivos nacionais, proteção do povo e garantia da defesa. (BRASIL, 2020a)

Conforme o LBDN O Brasil deve dedicar contínua atenção a sua defesa, buscando mantê-la em nível adequado à sua estatura político-estratégica. A Defesa Nacional, além de ser importante vetor para a preservação da Soberania Nacional, também possibilita a manutenção da integridade territorial, a consecução dos objetivos nacionais, a proteção ao povo e a garantia de não ingerência externa no território nacional e em suas águas jurisdicionais, inclusive no espaço aéreo sobrejacente, no leito dos rios e no subsolo marinho.

Por isso, faz-se necessário investimentos na construção e na manutenção de capacidades nacionais de defesa que propiciem adequada efetividade à Defesa Nacional. Nesse sentido, impõe-se que as Forças Armadas estejam adequadamente preparadas e mantidas em permanente estado de prontidão para serem empregadas para cumprir sua destinação constitucional.

De acordo com a Política Nacional de Defesa (PND) uma estrutura de defesa adequada garante maior estabilidade para o País e, assim, um ambiente propício para que o Estado brasileiro alcance os objetivos fundamentais apresentados no art. 3º da Constituição Federal. Assim a PND se traduz por ser o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País. A PND é orientada prioritariamente para ameaças externas, estabelecendo objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional. Já a Defesa Nacional é o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Dentre os pressupostos básicos que o Brasil estabelece para a Defesa Nacional, destacamos para o presente trabalho os seguintes: (BRASIL, 2020d)

- Preparar as Forças Armadas, mantendo-as em permanente estado de prontidão para serem empregadas, a fim de cumprir a sua destinação constitucional e de prover

a adequada capacidade de dissuasão;

- Repudiar qualquer intervenção na soberania dos Estados e defender que qualquer ação nesse sentido seja realizada de acordo com os ditames do ordenamento jurídico internacional; e

- Estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos.

Também, destacamos alguns dos Objetivos Nacionais de Defesa (OND), que são que são vetores a serem alcançados e mantidos permanentemente pela nação brasileira no âmbito da Defesa. Dentre eles:

- OND 1 – Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
- OND 2 – Assegurar a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas;

A Estratégia Nacional de Defesa é o documento que orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que os Objetivos Nacionais de Defesa (OND) sejam atingidos, ou seja, as ações necessárias para efetivamente dotar o estado da capacidade para atender seus interesses. (BRASIL 2020c)

No que se refere a Defesa Nacional (DN) a END orienta sobre a necessidade que a Nação tem de estar preparada para evoluir, rapidamente, da situação de paz ou de crise para a situação de conflito armado. Assim, é necessário que o País possua capacidade de rápida mobilização de meios humanos e materiais das Forças Armadas, que é o conceito de Elasticidade, um dos pressupostos da Mobilização Nacional.

Conforme a Hipótese de Emprego (HE) apresentada, torna-se essencial adaptar a configuração de todas as expressões do Poder Nacional de modo a estruturar os meios de defesa em torno de capacidades. Assim, são consideradas Capacidades Nacionais de Defesa aquelas compostas por diferentes parcelas das expressões do Poder Nacional e são implementadas por intermédio da participação coordenada e sinérgica de órgãos governamentais e, quando pertinente, de entes privados orientados para a defesa e para a segurança em seu sentido mais amplo.

Dentre as Capacidades Nacionais de Defesa podemos destacar:

- a Capacidade de Proteção do território e da população brasileira como o mais importante dos objetivos nacionais;

- b. Capacidade de Dissuasão configura-se como fator essencial para a Segurança Nacional, na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões; e

- c. Capacidade de Pronta-resposta visa prevenir o agravamento de uma situação de crise ou encerrar, de forma célere, uma contenda já deflagrada, evitando o

engajamento do País em um conflito armado prolongado.

3.3 O EXÉRCITO BRASILEIRO

A missão do Exército Brasileiro é de preparar a Força Terrestre, seu braço operacional, para cumprir sua destinação constitucional da defesa da Pátria e da garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. Além disso, como atribuição subsidiária geral, deve cooperar com o desenvolvimento nacional e com a Defesa Civil. Deve, ainda, apoiar a política externa do País e participar de operações internacionais. (BRASIL, 2019a)

“Visão de Futuro: ser um Exército capaz de se fazer presente, moderno, dotado de meios adequados e profissionais altamente preparados, composto por capacidades militares que superem os desafios do Século XXI e possam respaldar as decisões soberanas do Brasil.” (BRASIL 2019b)

O Exército conta com 671 (fonte 2021) organizações militares distribuídas por todo o território nacional. Possui, ainda, 219 Tiros de Guerra em todas as regiões do País. O efetivo aproximado é de 220 mil militares. A organização do Comando do Exército é denominada Organização Básica do Exército (OBE), tem a seguinte estrutura: Órgão de Direção Geral (ODG); Órgãos de Assessoramento Superior (OAS); Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército (OADI); Órgãos de Direção Setorial (ODS); Força Terrestre (F Ter); e Entidades Vinculadas.

3.4 FORÇA TERRESTRE

Conforme manual EB20-MF-10.101 - EXÉRCITO BRASILEIRO, a Força Terrestre é estruturada, em tempo de paz, para o cumprimento de missões operacionais terrestres, em C Mil A, subordinados diretamente ao Comandante do Exército (Cmt Ex), que constituem o mais alto escalão de enquadramento das organizações militares (OM), competindo o preparo, o planejamento e o emprego operacional da F Ter, desdobrada na área sob sua jurisdição.

Os C Mil A estão distribuídos no território nacional em 8 (oito) sedes: MANAUS-AM (Comando Militar da Amazônia - CMA), BELÉM-PA (Comando Militar do Norte - CMN), RECIFE-PE (Comando Militar do Nordeste - CMNE), BRASÍLIA – DF (Comando Militar do Planalto - CMP), RIO DE JANEIRO-RJ (Comando Militar do Leste - CML), SÃO PAULO-SP (Comando Militar do Sudeste - CMSE), CAMPO GRANDE-MS (Comando Militar do Oeste - CMO) e PORTO ALEGRE – RS (Comando Militar do Sul - CMS). São organizados em Comando, Grandes Comandos Operativos e Grandes Unidades que são as Divisões de Exército (DE), as Regiões Militares (RM) e as Brigadas (Bda) que podem ser Leves, Médias ou Pesadas.

Existem, também os comandos de emprego específico e são eles: Comando de Aviação do Exército (CAvEx); Comando de Operações Especiais (COpEsp); Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx); Comando de Artilharia do Exército (CmndoArtEx); e Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber).

3.5 CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DO EXÉRCITO

A Concepção Estratégica (CE) do Exército é parte do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), e demonstra como o Exército deve ser empregado para cumprir sua missão, bem como sua organização, articulação e preparação. (BRASIL, 2019e)

Conforme estabelecido pela Concepção Estratégica, as principais Estratégias de Emprego utilizadas pelas Forças Armadas, descritas pela Doutrina Militar de Defesa, são a Dissuasão, Ofensiva, Presença, Projeção de Poder e Resistência. O Exército prioriza as estratégias da Dissuasão e Presença.

Ainda, de acordo com a CE, na Estratégia da Diassuasão, o Brasil não é o Estado mais forte, tampouco o mais fraco. Assim, deve-se mostrar aos possíveis agressores, que a resposta será de tal forma violenta e efetiva, que sua vitória será muito improvável e, mesmo nesse caso, suas perdas cobrariam um preço impagável. A Dissuasão é o primeiro combate, evitando crises e permitindo que a sociedade brasileira resista a pressões oriundas de qualquer ator.

A Estratégia da Presença conforme preconizado na CE, caracteriza-se sob dois aspectos fundamentais:

- Primeiro, direcionado à expressão militar, no qual a presença militar, no território nacional, tem por finalidade cumprir a destinação constitucional, sendo efetivada pela criteriosa articulação das organizações militares no território e pela capacidade de rápido deslocamento de tropas para qualquer região do País, caracterizando a mobilidade estratégica.

- Segundo, direcionado às expressões psicossocial e política, baseia-se no desenvolvimento da mentalidade de defesa e pela integração da expressão militar à sociedade.

Também, entende-se por Hipótese de Emprego (HE) a antevisão de possível emprego das Forças Armadas em determinada situação ou área de interesse estratégico para a defesa nacional. São formuladas considerando-se o alto grau de indeterminação e imprevisibilidade de ameaças ao País. Com base nas Hipóteses de Emprego, serão elaborados e mantidos atualizados os Planos Estratégicos de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) e os planos operacionais decorrentes, possibilitando o contínuo aprestamento da Nação como um todo e, em particular, das Forças Armadas, para a defesa do País. A Estratégia Militar de Defesa define as HE com base em cenários prospectivos em que as ameaças são difusas e

indefinidas, não apontando inimigos concretos ao País. (BRASIL, 2019e)

3.6 PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

O Plano Estratégico do Exército (PEEx) direciona o esforço dos investimentos da Força para o quadriênio 2020-2023, dando prosseguimento ao processo de TRANSFORMAÇÃO do Exército rumo à Era do Conhecimento sendo orientado pela MISSÃO e VISÃO DE FUTURO do Exército, estabelecidos na Fase 1, do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx), bem como pelas Indicações Estratégicas, levantadas na Fase 2 do SIPLEx, e pela Diretriz do Comandante do Exército. (BRASIL, 2019d)

O desdobramento dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE) em Estratégias, Ações Estratégicas e Atividades, conferem ao PEEx o necessário alinhamento estratégico. Assim serão citados os OEE e estratégias estabelecidos no PEEx 2020-2023 de interesse do trabalho:

- OEE 1 - CONTRIBUIR COM A DISSUASÃO EXTRARREGIONAL

1.1 Ampliação da Capacidade Operacional (ESTRATÉGIA)

1.1.4 Rearticular e reestruturar a Força Terrestre nas demais áreas estratégicas. (AÇÃO ESTRATÉGICA)

1.1.4.3 Propor a implantação de uma OM na área do semiárido nordestino ou a rearticulação das OM do CMNE, incluindo mudanças de tipo (I, II e III). (2022-2023) (ATIVIDADE)

- OEE 5 - MODERNIZAR O SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE (SISOMT) - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE

5.1 Aumento da capacidade de pronta resposta da Força Terrestre

5.2 Aperfeiçoamento do Preparo da Força Terrestre.

5.3 Aumento da efetividade do Emprego da Força Terrestre

- OEE 13 – FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA

13.1 Desenvolvimento de ações de apoio à família militar

13.2 Aperfeiçoamento da gestão de pessoal

13.3 Adoção de políticas para atender às demandas da inatividade.

13.4 Reestruturação das Regiões Militares

4 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A região nordeste do país historicamente foi palco de importantes disputas e

conflitos que colaboraram com o surgimento da nacionalidade brasileira e também com as origens do Exército Brasileiro, tendo como marco a Batalha de Guararapes em 1648, quando tropas holandesas foram expulsas do Brasil.

Em verdadeira simbiose da organização tática portuguesa com operações irregulares, índios, brancos e negros formaram a primeira força que lutou e expulsou os invasores do nosso litoral. Portanto, a partir da memorável epopéia de Guararapes (1648), não havia apenas homens reunidos em torno de um simples ideal de libertação, mas sim, as bases do Exército Nacional de uma Pátria que se confirmaria a 7 de setembro de 1822. (Site EB em 02/08/22)

Com o objetivo de visualizar a importância da região Nordeste frente a formação do território e da estrutura militar do Brasil, abaixo serão apresentados as principais passagens históricas ocorridos desde de 1548 até os dias atuais com a estruturação do Comando Militar do Nordeste pelo Exército Brasileiro.

4.1 CONFLITOS NA REGIÃO NORDESTE

- CRIAÇÃO DO GOVERNO-GERAL EM SALVADOR - BA – estabelecido por Portugal em 1548 com a finalidade de centralizar a administração colonial tendo a cidade de Salvador como a primeira capital. Nesse período foram realizados importantes feitos como a construção da capital, expulsão de estrangeiros, chegada dos Jesuítas no Brasil e pacificação com os indígenas.

- INSURREIÇÃO PERNAMBUCANA – ocorreu no período de 1645 a 1654 e teve como objetivo expulsar os holandeses do Nordeste brasileiro. O conflito foi motivado por fatores econômicos em função dos altos impostos cobrados pela Companhia das Índias Ocidentais aos Senhores de Engenho.

- GUERRA DOS MASCATES (PE) – conflito entre fazendeiros de Olinda e comerciantes de Recife, entre 1709 e 1714, pelo controle político e econômico da Capitania de Pernambuco.

- REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA – movimento ocorrido na Capitania de Pernambuco em 1817, de caráter separatista e republicano, em função da insatisfação com a Coroa Portuguesa. O movimento influenciou na transferência da Corte Portuguesa para o Brasil.

- GUERRA DA INDEPENDENCIA – Após a Proclamação da Independência do Brasil ocorreram conflitos onde patriotas lutavam para evitar a recolonização do país, entre os anos de 1822 e 1824. As províncias do Maranhão e Grão-Pará foram palcos de conflitos entre patriotas e representantes da Coroa Portuguesa.

- CONFEREÇÃO DO EQUADOR – Revolta ocorrida em Pernambuco em 1824 em função da situação social e econômica regional. Os revoltosos chefiados por

Frei Caneca defendiam a proclamação da república e foram rebelados por tropas imperiais.

- CABANADA – revolta popular ocorrida entre 1832 e 1835 nas regiões de Alagoas e Pernambuco e teve como principal objetivo a volta de D. Pedro I ao poder. Era composta, principalmente, por índios e escravos foragidos e foi rebelada por tropas militares dos governos regionais.

- REVOLTA DOS MALÊS – ocorreu na noite de 24 de janeiro de 1835 em Salvador, em que escravos de religião islâmica, defendiam a libertação de todos os escravos islâmicos e a garantia da liberdade de culto.

- SABINADA – revolta ocorrida em Salvador entre 1837 e 1838, conduzida pela classe média insatisfeita. Não contou com apoio popular e foi derrotada pela Guarda Nacional.

- REVOLUÇÃO PRAIEIRA – ocorreu na província de Pernambuco entre 1848 e 1850 motivado por disputas políticas entre praieiros e conservadores.

- GUERRA DE CANUDOS – revolta armada ocorrida no sertão da Bahia nos anos de 1896 e 1897, liderada por Antônio Conselheiro em 1893, foi um movimento sócio-religioso debelada pelas Forças Federais da República.

- COLUNA MIGUEL COSTA-PRESTES – movimento liderado por Luís Carlos Prestes entre os anos de 1925 e 1927, com a participação do movimento tenentista e percorreu mais de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil passando pelas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

- INTENTONA COMUNISTA – também conhecida como Levante Comunista, foi um movimento contra o governo de Getúlio Vargas em novembro de 1935 pelo Partido Comunista Brasileiro em nome da Aliança Nacional Libertadora. Ocorrida no Rio de Janeiro, Natal e Recife e liderada por Luís Carlos Prestes.

- LIGAS COMPONESAS - surgidas em 1946 foi um movimento revolucionário rural iniciado pelo Partido Comunista Brasileiro e com participação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), com objetivos políticos e socialistas, foram combatidas pelas Forças Federais

4.2 DA 2ª GUERRA MUNDIAL ATÉ A DESATIVAÇÃO DA 7ª DIVISÃO DE EXÉRCITO

Com expansão da 2ª Guerra Mundial os EUA levantaram a possibilidade de um ataque dos países do Eixo aos continentes americanos, tendo o Saliente Nordestino do Brasil como um provável local de desembarque de tropas inimigas em função da posição estratégica para o domínio do Atlântico Sul

Com um possível ataque os EUA celebraram com o Brasil o Acordo Militar Brasil

– EUA, em 23 de maio de 1942, sendo criada a Comissão Mista de Defesa Brasil – EUA, localizada em Washington e no Rio de Janeiro.

Com base no mencionado Acordo, todo o esforço conjunto das forças brasileiras de terra, mar e ar, com jurisdição direta sobre o Saliente Nordestino, foi de defendê-lo, bem como suas instalações militares e, dentro dele, o triângulo Natal – Recife – Fernando de Noronha. O chamado Corredor da Vitória _ ponte aérea militar dos EUA, ligando Flórida – Belém – Natal, foi essencial para a conquista da África, Oriente Médio, Sul da Europa e apoio a operações no Extremo Oriente. Dentro desse Corredor, a Base Aérea de Natal, no extremo do Saliente, entrou para a História como o Trampolim da Vitória. (CMNE, 2021a)

Em 22 de agosto de 1942, com o torpedeamento de embarcações brasileira, o governo brasileiro declarou guerra contra a Alemanha e Itália, inicialmente, sendo criada a Zona de Guerra Brasileira que abrangia todo o litoral do Brasil, sendo o restante considerado Zona do Interior.

Mesmo antes de reconhecido o estado de beligerância do Eixo contra o Brasil, o Exército se preparou para a missão de defesa territorial, com ênfase na defesa do Saliente Nordestino, via de acesso lógica para uma tentativa do Eixo de invasão das Américas, a partir do Senegal, na África. O efetivo do Exército no Nordeste foi elevado de 6000 (seis mil) para 50 (cinquenta mil) militares. A Zona de Guerra foi dividida pelos Teatros de Operações (TO): Amazônico, Nordeste, Centro Meridional, Meridional, Mato Grosso e Marítimo.(CMNE, 2021a)

A mobilização e o aprestamento das tropas no Nordeste foi encargo da 7ª Região Militar , sendo o General de Divisão Estevão Leitão de Carvalho designado para comandar o Teatro de Operações do Nordeste.

Para o cumprimento dessas missões, o TO Nordeste foi dividido entre a 10ª Região Militar (MA, PI, CE) e a 7ª Região Militar encarregada da defesa territorial do Saliente Nordestino (RN, PB, PE, AL e Fernando de Noronha) e de suas instalações militares. A 7ª Região Militar dispunha da 7ª Divisão de Infantaria articulada nos Estados de Pernambuco e Alagoas, da 14ª Divisão de Infantaria articulada nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e, mais, o Destacamento Misto de Fernando de Noronha, composto de tropas de Infantaria, Artilharia (de Costa e Antiaérea), Comunicações e Engenharia (fração do 4º BE Cmb, de Itajubá - MG). (CMNE, 2021a)

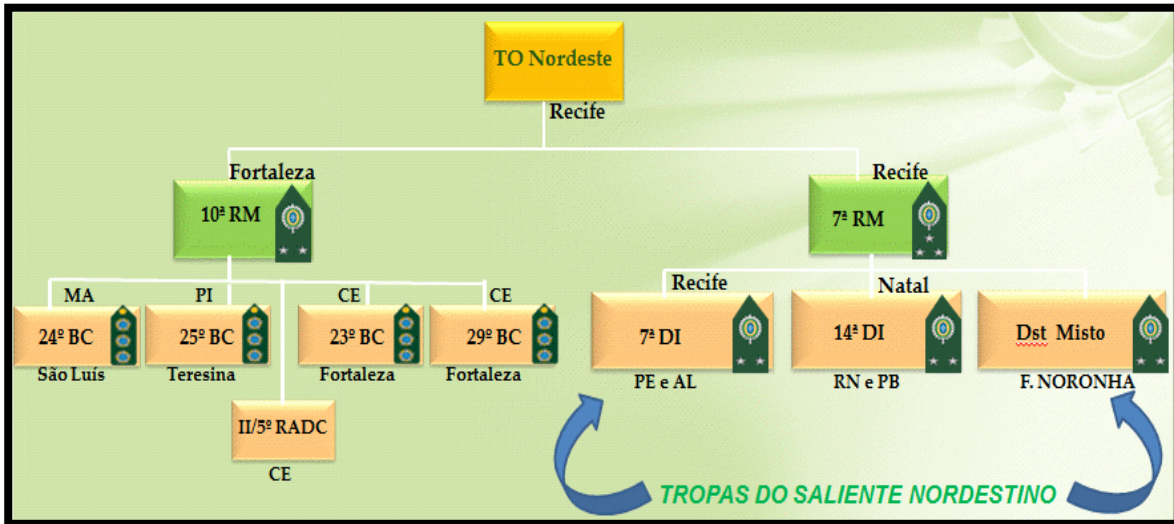


Figura 1 – TO Nordeste

Fonte: Comando Militar do Nordeste

Com o término da II Guerra Mundial, o Exército Brasileiro foi organizado em quatro Zonas Militares (Norte, Centro, Oeste e Sul), subdivididas em Regiões Militares. A Zona Militar do Norte (ZMN), sediada Recife, englobava todos os estados do Nordeste e da Amazônia, e enquadrava as 6ª, 7ª, 8ª e 10ª Regiões Militares, sendo que em 1956, a ZMN teve a sua denominação modificada para IV Exército, também com o desmembramento da 8ª RM para a criação do Comando Militar da Amazônia.

Fruto das necessidades administrativas e operacionais da Força Terrestre, em 1958, a 7ª Região Militar foi transformada em 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Infantaria (7ª RM/7ª DI), momento a partir do qual teve ampliado o trabalho de Estado-Maior, que passou também a atuar sobre novas demandas operacionais, sobretudo as que diziam respeito ao emprego da tropa daquele Grande Comando Operacional (G Cmo Op) recém-criado. Sob o comando de um General de Divisão, secundado por seu EMG, plenamente constituído, a 7ª DI assim se organizava para o cumprimento de suas missões: (CMNE, 2021a)

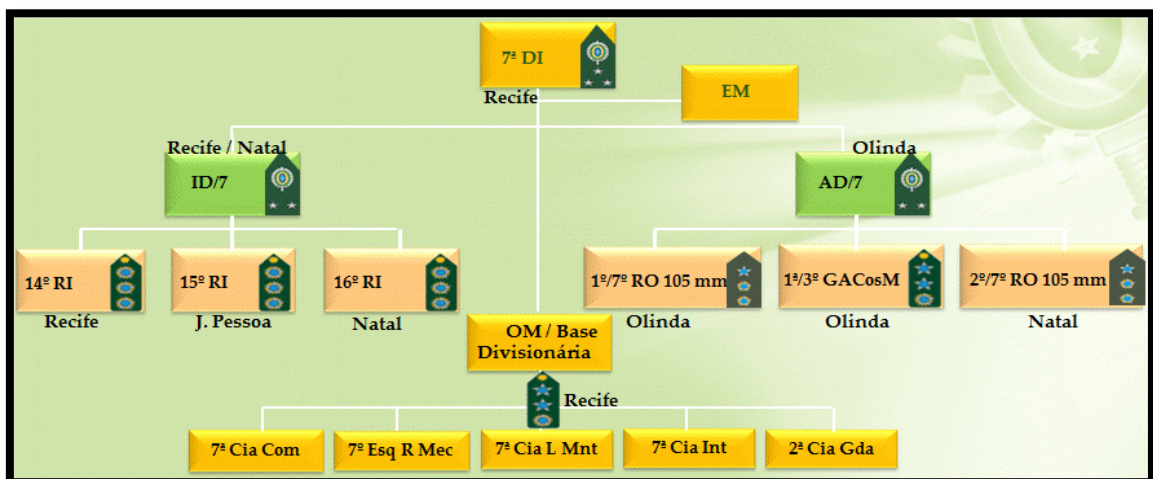


Figura 2 – 7ª Divisão de Infantaria

Fonte: Comando Militar do Nordeste

No década de 70, o Exército Brasileiro sofreu uma profunda transformação e a 7ª RM/7ª DI passou a ser denominada 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército (7ª RM/7ª DE), ficando com a seguinte organização:

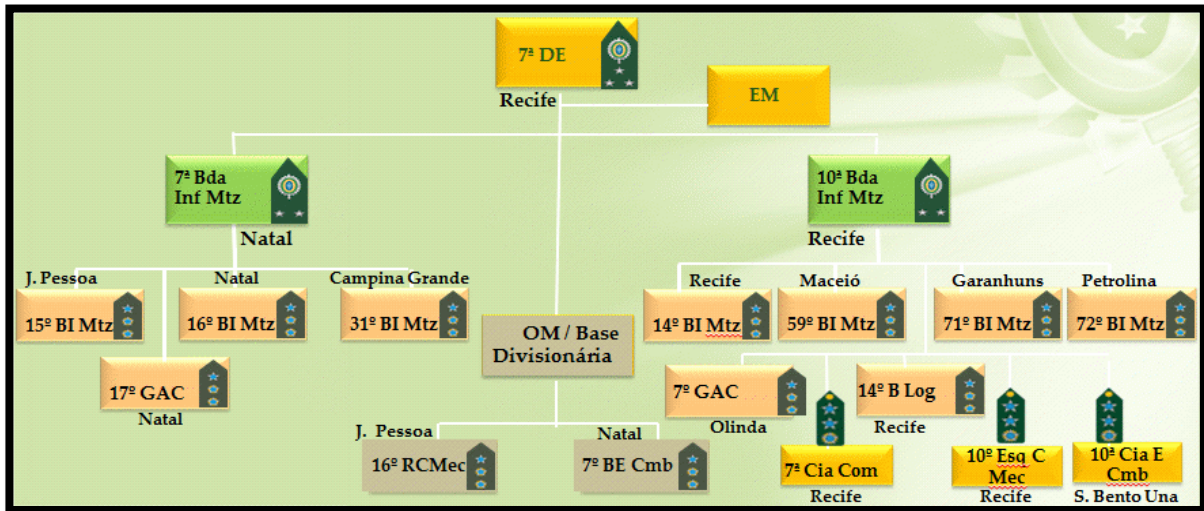


Figura 3 – 7ª Divisão de Exército.
Fonte: Comando Militar do Nordeste

No período de 1958 até sua desativação, em 2014, a 7ª DI e a 7ª DE, desempenhou importante papel operacional para a Força Terrestre, atuando na Revolução Democrática de 31 de março de 1964, na subversão armada, na década de 1970, enviando tropas para compor o Batalhão Suez, no Oriente Médio, o Batalhão Angola, na África Atlântica, e o Batalhão Haiti, na América Central. Também, atuou em apoio a Defesa Civil, Operação Carro Pipa, Garantia da Votação e Apuração, Ajuda Humanitária, dentre outras.

Com a racionalização do Exército, em 2014 foi desativada a 7ª DE, permanecendo a 7ª RM como Grande Comando Administrativo.

5. PROCESSO DE REATIVAÇÃO DA 7ª DIVISÃO DE EXÉRCITO

A falta de uma Divisão de Exército fazendo o elo operacional entre o Comando Militar do Nordeste e as Brigadas trouxe alguns óbices e dificuldades para o preparo e emprego, gerando a necessidades de novos estudos de rearticulação do CMNE.

Com a desativação da 7ª DE, o Cmt Mil NE passou a enfrentar dificuldades para conduzir as operações, pois se obriga a exercer um duplo papel: o de Comandante do TO Nordeste com atuação no nível operacional, mas mantendo a sua ligação natural com o nível político; e o de Comandante Tático, relacionando-se com as brigadas e permanecendo imerso em diversos problemas táticos. (CMNE, 2021a)

O histórico de missões operacionais do CMNE, principalmente as Operações Interagências, Operações de Garantia da Lei e da Ordem, Garantia da Votação e Apuração e de Ajuda Humanitária, além da complexidade política, econômica e social da região Nordeste, justificou a realização de estudos sobre a rearticulação do CMNE.

A região Nordeste é composta por 8 (oito) Estados da Federação: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, além do arquipélago de Fernando de Noronha, com cerca de 25% da população brasileira e 30% do território nacional.

De uma maneira geral, devido ao baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a população dos Estados do Nordeste é vulnerável às políticas assistencialistas, as quais demandam grande esforço por parte do CMNE para desencadear as mais variadas ações subsidiárias. Outro aspecto marcante é o recrudescimento das ações do crime organizado na região, as quais somadas ao baixo investimento em segurança pública nos Estados, servem como estopim de crises que vem sendo frequentes nos últimos 20 (vinte) anos, desencadeando diversas Operações de GLO para suprir as deficiências estaduais. (CMNE, 2021a)

Observa-se que em termos de quantidade de Operações de Emprego em GLO, o CMNE é o 2º Comando Militar de Área mais empregado nos últimos 30 anos (atualizado em maio de 2020):

Ordem	C Mil A	Nr Op GLO	Total
1º	CML	35	122
2º	CMNE	32	
3º	CMA	23	
4º	CMP	12	
5º	CMO	11	
6º	CMSE	04	
7º	CMS	03	
8º	CMN	01	
9º	Âmbito Nacional	01	

Tabela 1 – Operações de GLO nos últimos 30 anos.
Fonte: Comando Militar do Nordeste

Conforme estudo realizado pelo Comando Militar do Nordeste, a necessidade de reativação de uma DE no CMNE estaria diretamente ligada à deficiência na delimitação dos níveis de planejamento, visto que facilitaria a coordenação do emprego das GU, estabeleceria ligação doutrinária de subordinação com suas grandes unidades, desonerando o CMNE de atuar nos níveis tático, operacional e político. Assim, uma DE, proporcionaria capacidade de comando e controle, ligação de comando, eficiência no planejamento e na gestão administrativa e operacional, aumentando o poder de combate do Comando Militar do Nordeste.

A ausência de um Grande Comando Operacional do nível Divisão de Exército (DE) que enquadre a 7ª e a 10ª Brigadas de Infantaria Motorizada (Bda Inf Mtz) dificulta o comando e controle quando as mesmas são empregadas..... A Divisão de Exército, por ser, ainda, uma organização que não possui estrutura fixa e rígida, não necessariamente necessita-se de grande disponibilidade de meios para sua consecução, pois sua geração de poder de combate se daria pelas circunstâncias da missão, não demandando altos custos para sua reativação. (CMNE, 2021a)

Uma Divisão de Exército, por atuar no nível tático, proporcionaria melhores condições de planejamento e fiscalização no preparo, coordenação do adestramento e emissões de ordens aos escalões enquadrados.

Outrossim, a articulação de uma Divisão de Exército torna-se basilar para o preparo, no âmbito do CMNE, pois tal propositura tem guarida no PEEEx 2020-2023, como descrito anteriormente. Por intermédio desse amparo, a presença desse G Cmdo Op demonstra possuir alinhamento estratégico com os anseios da F Ter, favorecendo a previsibilidade, economicidade e operacionalidade desse C Mil A. (CMNE, 2021a)

Também, a ativação de uma Divisão de Exército no Comando Militar do Nordeste proporcionaria uma rearticulação de subordinação de OM Operacionais como o 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado (16º RC Mec), com sede em Bayeux – PB, OM divisionária, deixando de ser enquadrada pela 10ª Bda Inf Mtz e passando para a 7ª DE.

Conforme prescrito na Base Doutrinária descrita na Doutrina Militar Terrestre somente a Divisão de Exército, como Grande Comando Operativo, tem a estrutura e as ferramentas necessárias para realizar o planejamento e a condução das operações terrestres. Dessa forma, seria corrigido o fato das 6ª e 7ª Regiões Militares enquadrarem OM Operacionais.

Assim, conforme argumentado pelo CMNE a reativação da 7ª Divisão de Exército representaria, sob a ótica do preparo e do emprego, uma medida eficiente para a solução da lacuna organizacional causada pela falta desse G Cmdo Op no CMNE.

Após estudo de viabilidade, as justificativas para a recriação da 7ª DE foram apresentadas ao EME que dando prosseguimento, em 29 de setembro de 2021, por autorização do Sr Presidente da República foi reativada a 7ª Divisão de Exército com sede em Recife – PE, subordinada ao Comando Militar do Nordeste, alterando a articulação das Organizações Militares do CMNE e projetando poder de combate.

6. O COMANDO MILITAR DO NORDESTE

O Comando Militar do Nordeste tem como área sob sua responsabilidade operacional e administrativa a região Nordeste do Brasil excluindo o Estado do Maranhão que pertence ao Comando Militar do Norte conforme figura abaixo.



Figura 4 – Área de responsabilidade do CMNE.
Fonte: Comando Militar do Nordeste

São oito Estados da Federação compreendendo uma área total de 1.228.358 Km² e uma população de cerca de 46 milhões de habitantes, o que corresponde a três vezes o território da Alemanha.

A importância geopolítica da área de responsabilidade do Comando Militar do Nordeste pode ser observada quando se compara com os demais Comandos Militares, possuindo mais Estados e Municípios, maior população, extensão litorânea, malha rodoviária e representação política no Congresso Nacional.

PARÂMETRO	DADOS	POSIÇÃO (C MIL A)
Municípios	1576	1º
Estados	8	1º
Território	1.228.358 Km ²	4º
PIB	950.426 Bilhões	4º
Efetivo Militar	26.708	3º
População	Aprox 46 milhões Hab	1º
Litoral	2698 Km	1º
Senadores	24	1º
Dep Federais	133	1º
Veteranos	25.845	3º
Malha Rodoviária	354068 Km	1º

Tabela 2 – Dados do CMNE.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2022 / Comando Militar do Nordeste

Além dos mencionados dados, a região possui características peculiares que requerem especial atenção relativo a Segurança Nacional, Defesa Externa e Desenvolvimento Nacional. Iniciando com os antecedentes históricos de conflitos, a área também possui complexas estruturas, oportunidades e problemas que requerem um emprego das Estratégias da Dissuasão e da Presença com oportunidades. Dentre esses desafios destacam-se: (NUNES, 2022)

- Importantes Infraestruturas Estratégicas, como portos, hidroelétricas, base de lançamento de foguetes, e modal rodoviária;
- Maior taxa de desemprego, menor IDH do Brasil, Altas taxas de homicídio, narcotráfico, e crime organizado (Novo Cangaço);
- Escassez de recursos hídricos e bioma de caatinga; e
- Complexidade na Segurança Pública e Policiais Militares heterogêneas, Frequentes operações de CSA, GLO e GVA.

Para enfrentar todos esses desafios o CMNE, com a reativação da 7ª Divisão de Exército, está organizado em grandes comandos operacionais e administrativos, sendo 03 (três) Regiões Militares, a 6ª RM (Salvador), a 7ª RM (Recife), e a 10ª RM (Fortaleza); a 7ª DE (Recife) com 02 (duas) Bda subordinadas, a 7ª Bda Inf Mtz (Recife) e a 10ª Bda Inf Mtz (Natal); e o 3º Gpt E (João Pessoa).

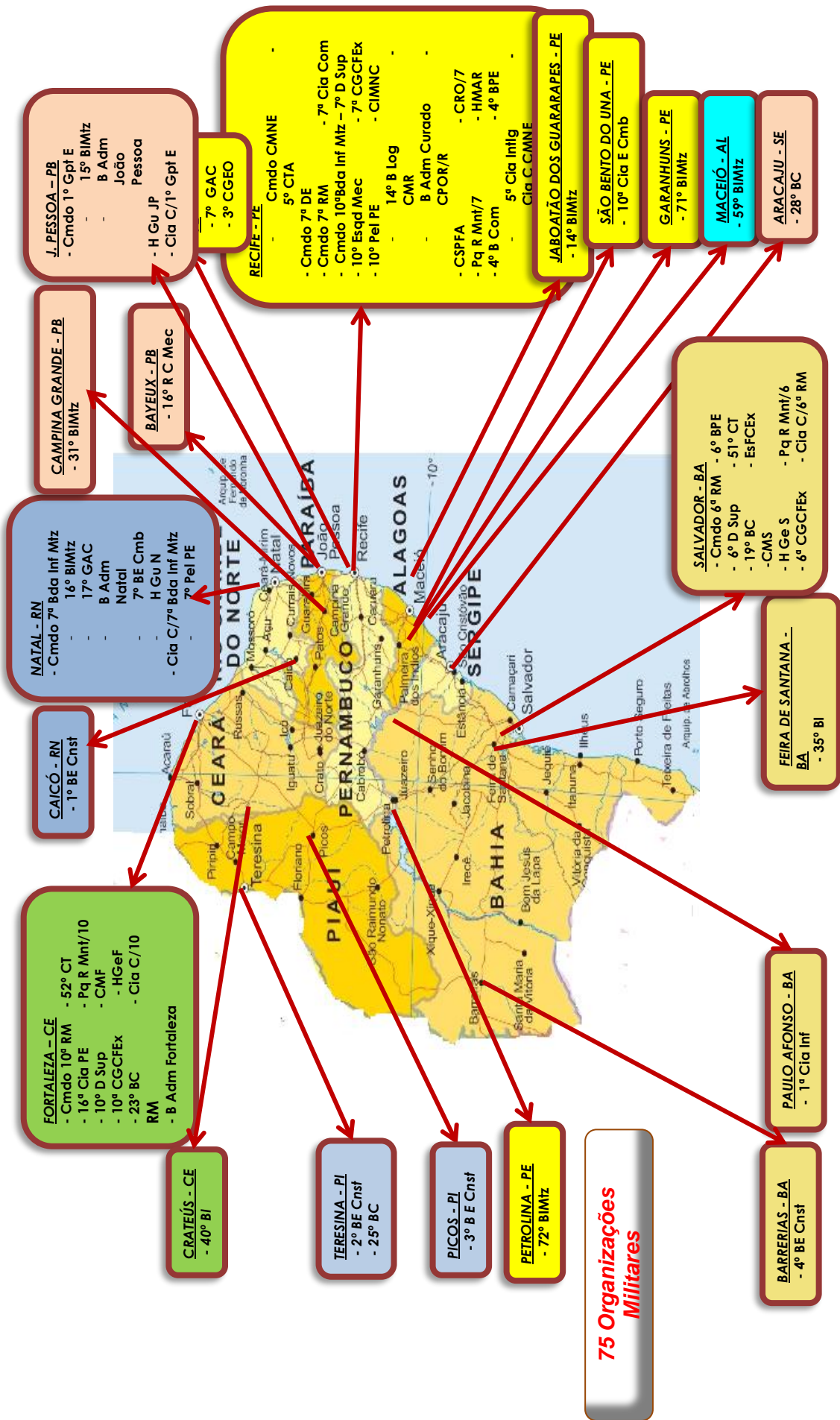


Figura 7 – Distribuição Territorial das OM do CMNE.
 Fonte: Comando Militar do Nordeste

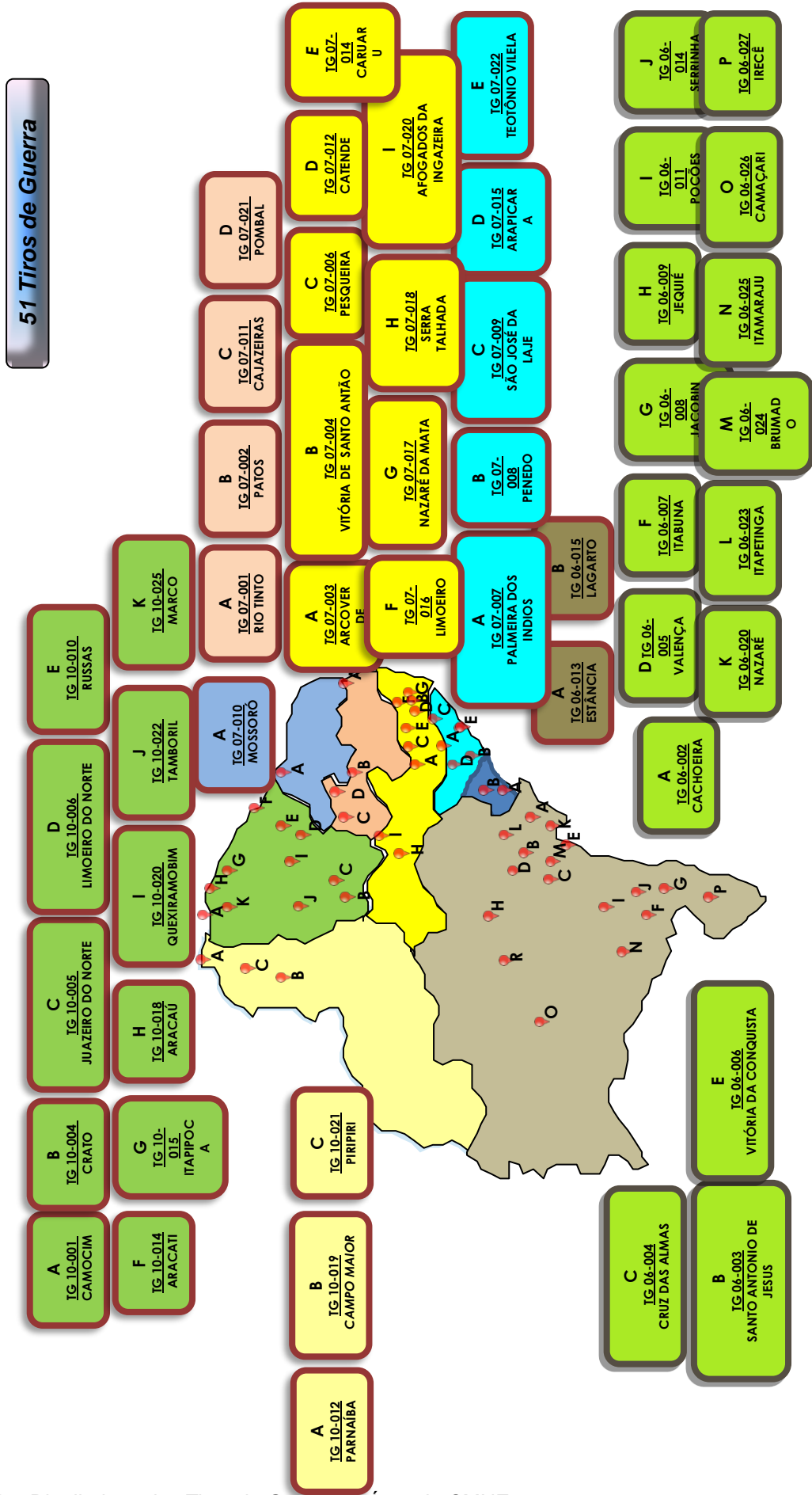


Figura 8 – Distribuição dos Tiros de Guerra na Área do CMNE.
 Fonte: Comando Militar do Nordeste

6.1 COMANDO E CONTROLE (C2) NO CMNE

A reativação da 7ª DE e a necessidade de ampliação e modernização dos sistemas de Comando e Controle no CMNE estabeleceu a necessidade de rearticulação e reorganização de OM ou frações de C2.

Atualmente o C2 está articulado com o 4º BCom diretamente subordinado a 7ª DE, a 7ª Cia Com enquadrada pela 10ª Bda Inf Mtz. A 7ª Bda Inf Mtz e a 6ª RM são atendidas com restrições por Nu Cia Com, e a 10ª RM não possui estrutura de C2.

A nova estrutura será organizada com a transformação do 4º BCom em 4º BCom GE incorporando capacidade de guerra eletrônica, criação da 7ª Cia Com subordinada a 7ª Bda Inf Mtz e Dst C2 para atender as 6ª e 10ª RM. (NUNES, 2022)

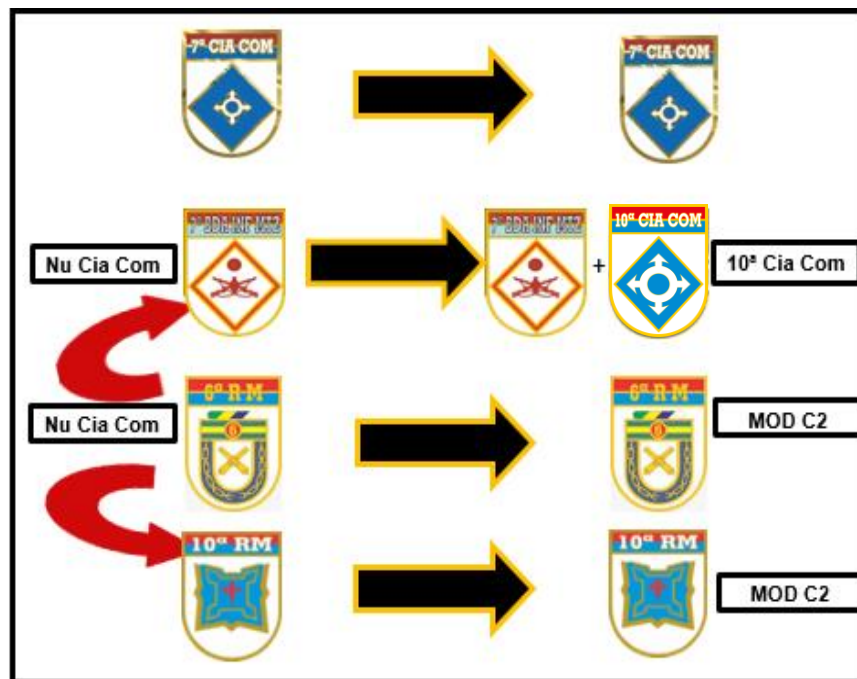


Figura 9 – Reorganização do C2 no CMNE.
Fonte: Comando Militar do Nordeste

6.2 OUTRAS ESTRUTURAS MILITARES NA ÁREA DO CMNE

Na área de responsabilidade do Comando Militar do Nordeste, existem outras estruturas militares do Exército que complementam a importância regional bem como as Estratégias da Presença e Dissuasão.

Como apoio para a família militar e comunicação estratégica existem os Colégios Militares de Salvador, Recife e Fortaleza, além de ampla rede de Hotéis de Trânsito.

Na formação de pessoal militar, em Salvador funciona a Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército, conduzindo a formação do Quadro de Saúde,

do Quadro Complementar de Oficiais e Capelães Militares.

Em Recife, será construída a nova Escola de Sargento do Exército (ESE), onde instalações modernas e equipadas proporcionarão a unificação e significativa melhoria na formação dos Sargentos de carreira do Exército. Com o início do funcionamento da ESE, além da região Sudeste, apenas região Nordeste contará com uma escola de formação de militares de carreira do Exército.



Figura 10 – Projeto da nova Escola de Sargentos do Exército.
Fonte: Diretoria de Obras Militares

Ainda na região Nordeste, contribuindo com o esforço militar regional, a Aeronáutica se faz presente com o II COMAR – Comando Aéreo Nordeste, e a Marinha do Brasil articulada com o 2º Distrito Naval em Salvador e o 3º Distrito Naval em Natal.

7. A 7ª DIVISÃO DE EXÉRCITO

Com a reativação da 7ª Divisão de Exército e consequente rearticulação do Comando Militar do Nordeste a atual estrutura organizacional do CMNE e da 7ª DE (com OMDS) ficou conforme organograma a seguir:

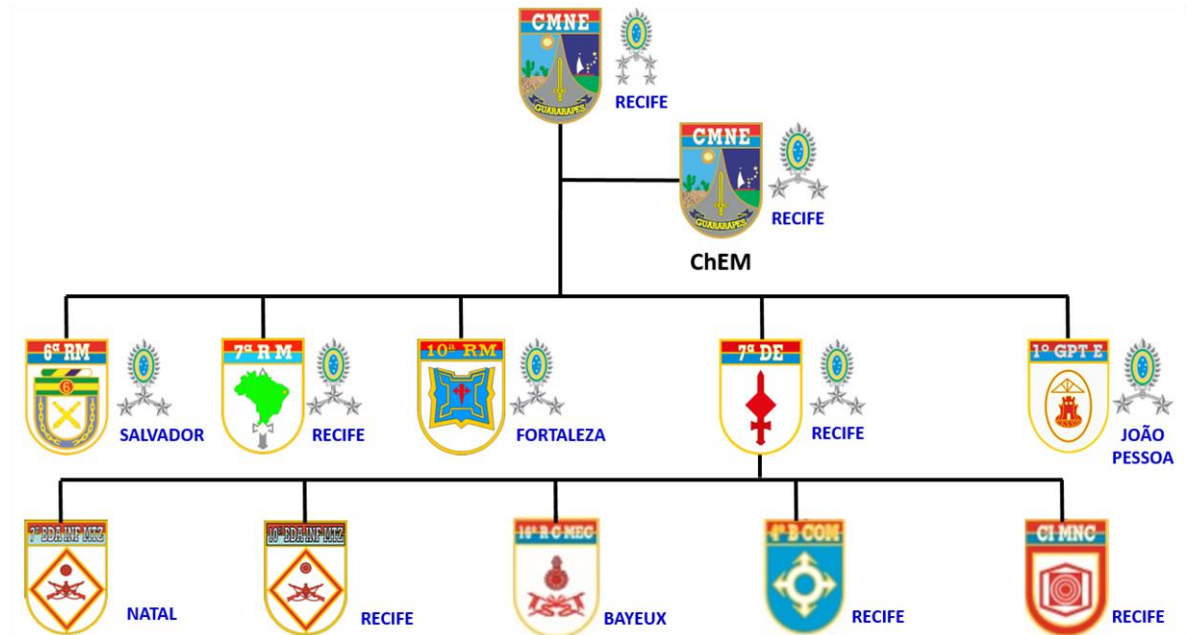


Figura 11 – Organograma da 7ª Divisão de Exército.
Fonte: Comando Militar do Nordeste

Na nova organização a 7ª DE passou a enquadrar as 02 (duas) brigadas do CMNE, 7ª e 10ª Brigadas de Infantaria Motorizadas, além do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado (16º RC Mec), 4º Batalhão de Comunicações (4º B Com), e o Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcante (CIMNC).

A nova estrutura, já ativada, vem proporcionando adequado poder de combate ao CMNE, se materializando pela participação em exercícios de adestramento como a Operação Guararapes, na área do CMNE, sob coordenação do Comando de Operações Terrestres (COTER) numa primeira fase singular e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas numa segunda fase de operações conjuntas. (NUNES, 2022)

A Operação Guarapes transcorreu no período de 1º a 24 de agosto de 2022 onde as tropas foram adestradas em operações de Defesa Externa, Garantia de Votação e Apuração, Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Os principais objetivos atingidos com a operação foram:

- Adequar o emprego do Comando Militar do Nordeste em operações no amplo espectro, em conformidade com o planejamento estratégico do ministério da defesa;

- Adestrar as tropas do CMNE, de acordo com as diretrizes de preparo e emprego do COTER, para operar com tropas de emprego estratégico, exercitar a estrutura de comando e controle do CMNE, ampliar a interoperabilidade entre as forças singulares na área da região nordeste, e potencializar a sinergia entre as tropas do CMNE e agências na região nordeste. Também, com Jogo de Guerra nível Divisão de Exército foi possível adestrar os Estados-Maiores dos Grandes Comandos com simulação

construtiva.

Durante a Operação Guararapes, foi realizada a certificação pelo COTER como integrantes do sistema Forças de Prontidão (FORPRON), do 71º Batalhão de Infantaria Motorizado (Guaranhuns-PE) e do 72º Batalhão de Infantaria Motorizado (Petrolina-PE), Organizações Militares enquadradas pela 10ª Bda Inf Mtz.

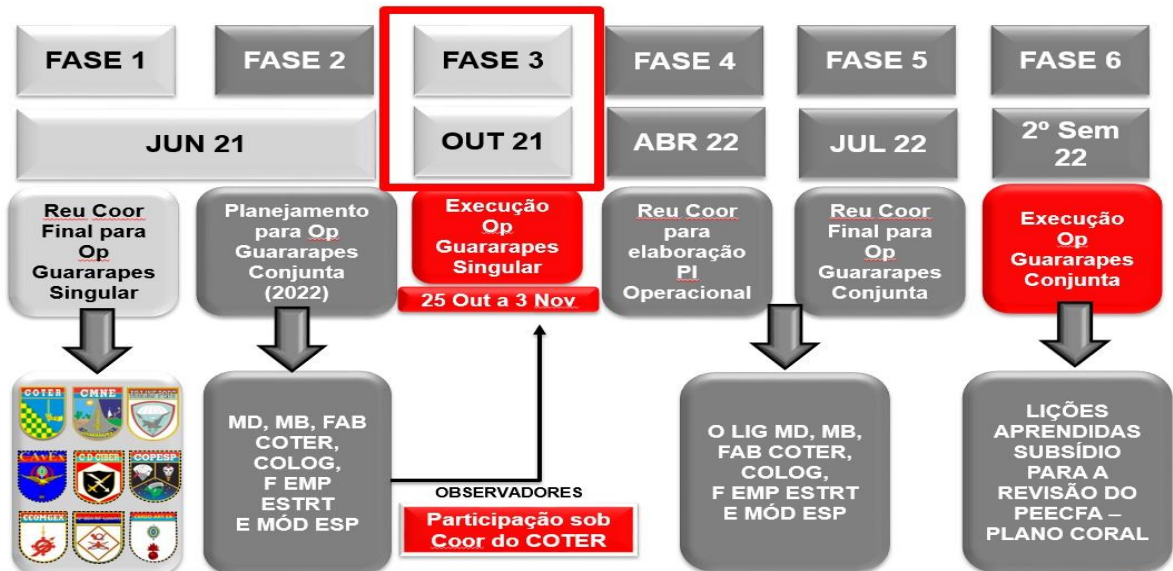


Figura 12 – Concepção da Operação Guararapes.
Fonte: Comando Militar do Nordeste

Ainda, no âmbito da 7ª DE, no ano de 2022, a 10ª Bda Inf Mtz, como força integrante do SISPROM, está participando em 04 (quatro) Planos Estratégicos de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA).

No ano de 2023 o 72º Batalhão de Infantaria Motorizado (Petrolina-PE), subordinado da 10ª Bda Inf Mtz será prioridade na distribuição de material de emprego militar dentre as OM FORPRON com vistas a participação no exercício CORE 2023 (Combined Operations and Rotation Exercises), em ambiente de caatinga entre Brasil e EUA.

O CMNE, através do preparo e emprego da 7ª DE possui como Estado Final Desejado a manutenção de 2 FT BI Mtz a 4 SU Inf Mtz, em condições de atuar em Operações de Defesa da Pátria (prioritariamente), Operações de Coordenação e Cooperação com Agências, com tropas selecionadas, adestradas, certificadas e em permanente em Estado de Prontidão. (NUNES, 2022)

Pode-se afirmar que para o êxito da Operação Guararapes bem como a certificação de tropas no âmbito do CMNE, a existência de um Grande Comando Operativo (7ª Divisão de Exército) foi essencial, empregando seus meios de forma integrada, coordenada e sincronizada, alcançando os objetivos táticos e operacionais,

em proveito da manobra, e colaborando com o CMNE, na conquista de seus objetivos.

8. CENTRO DE COORDENAÇÃO DO PREPARO E EMPREGO DE REGIÃO MILITAR (CCPE)

A 6ª Região Militar (6ª RM) e a 10ª Região Militar (10ª RM), mesmo com reativação da 7ª DE ainda permanecem enquadrando organizações militares operacionais tendo em vista a inexistência de Bda que possam incorporar essas unidades.

A 6ª RM enquadra o 35º Batalhão de Infantaria em Feira de Santana-BA, 19º Batalhão de Caçadores e 6º Batalhão de Polícia do Exército em Salvador, 28º Batalhão de Caçadores em Aracajú e a 1ª Companhia de Infantaria em Paulo Afonso-BA. A 10ª RM enquadra o 23º Batalhão de Caçadores em Fortaleza, o 25º Batalhão de Caçadores em Teresina, o 40º Batalhão de Infantaria em Crateús-CE e a 10ª Companhia de Polícia do Exército em Fortaleza.

Para mitigar a inexistência de uma Grande Unidade Operacional que enquadrasse estas OM Op foi criado no Comando das 6ª e 10ª RM uma estrutura que pudesse coordenar o preparo e emprego, o CCPE.

O Centro de Coordenação do Preparo e Emprego é composto por Comandante e Estado-Maior Geral com seções de pessoal, inteligência, operações e logística, se assemelhando a um núcleo de EM de uma Bda, sendo diretamente subordinado ao Comandante da Região Militar.

9. RECOMENDAÇÕES

Da análise realizada, considerando a importância do assunto e com o objetivo de possibilitar o aprimoramento da reorganização operacional do Comando Militar do Nordeste, recomenda-se:

Recomendação nº 01: estudo para a criação de uma Brigada de Infantaria Motorizada em Feira de Santana-BA, enquadrando as OM operacionais da 6ª RM: 35º Batalhão de Infantaria em Feira de Santana-BA, 19º Batalhão de Caçadores e 6º Batalhão de Polícia do Exército em Salvador, 28º Batalhão de Caçadores em Aracajú e a 1ª Companhia de Infantaria em Paulo Afonso-BA.

A recomendação da cidade de Feira de Santana se dá pela localização estratégica no interior da Bahia com o maior nó rodoviário do Norte e Nordeste do

Brasil, sendo a 10ª maior cidade da região Nordeste e 2ª da Bahia. Assim, seria retirado o encargo da 6ª Região Militar e preparar e conduzir operações militares ficando voltada apenas para sua vocação natural de grande comando administrativo.

Recomendação nº 02: estudo para a criação de uma Brigada de Infantaria Motorizada em Terezina-PI, enquadrando as OM operacionais da 6ª RM: 23º Batalhão de Caçadores em Fortaleza, o 25º Batalhão de Caçadores em Teresina, o 40º Batalhão de Infantaria em Crateús-CE e a 10ª Companhia de Polícia do Exército em Fortaleza.

A recomendação da cidade de Teresina se dá pela localização estratégica no Piauí sendo a capital do Estado, possibilitando a ampliação da presença militar no NE com a fixação de uma Grande Unidade na porção Norte da área de responsabilidade do CMNE.

Recomendação nº 03: Fortalecimento das estruturas dos Centros de Coordenação do Preparo e Emprego nas 6ª e 10ª Regiões Militares, até a possível criação de Brigadas, proporcionando capacidade adequada para substituir, em tempo de paz, a estrutura de uma Brigada enquadrante com as seguintes alterações:

- Transferência de subordinação operacional do Cmdo das RM para o Cmdo da 7ª DE permanecendo as RM com vinculação administrativa.
- Nomeação para o cargo de Cmt sendo obrigatoriamente 2º comando;
- Restruturação de QCP;
- Implantação de um QDM de emprego militar;

A estrutura dos CCPE permaneceriam localizadas das instalações das Regiões Militares, aproveitando-se da estrutura administrativa já existente, porém com recursos financeiros e pessoal próprios.

Recomendação nº 04: Criação de Grupamentos Logísticos subordinados as 6ª e 10ª Regiões Militares, se valendo das estruturas já existentes de Depósito de Suprimento, Parque Regional de Manutenção, Hospital de Guarnição, Centro de Telemática, Pelotão de Comunicações e outras.

Os Grupamentos Logísticos além de proporcionarem economia de meios, possuem capacidades administrativas para as demandas regionais bem como melhores condições de apoio logístico operacional no caso do preparo ou emprego das OM operacionais.

10. CONCLUSÃO

Ao encerrar o estudo dos dois principais eixos do trabalho (Reativação da 7ª Divisão de Exército e Reorganização do Comando Militar do Nordeste), devemos entender que inúmeros são os desafios para que o Comando Militar do Nordeste possa cumprir sua missão de contribuir com o Exército Brasileiro nas estratégias da dissuasão e presença bem como no apoio ao desenvolvimento regional. Situações críticas como ambiente informacional e de multidomínio, conflitos em ambiente urbano, guerra híbrida, temática ambiental, modernização do campo de batalha, espaço cibernético e restrição orçamentária ganharam espaço decisivo nos planejamentos operacionais.

A presença do Exército na região Nordeste acompanhou todo o processo de formação da nacionalidade brasileira, enfrentando conflitos regionais, se confundindo com os primórdios do Exército Brasileiro até chegar na atual configuração do Comando Militar de Área culminando com a recente reativação da 7ª DE.

A reorganização do CMNE, principalmente com a reativação da 7ª DE, alinhado com o Planejamento Estratégico do Exército em contribuir com a dissuasão estratégica, ampliando a capacidade operacional com a rearticulação e reestruturação da Força Terrestre, solucionou as disfunções existentes, estabelecendo o elo entre o Comando Militar de Área e as Grandes Unidades, ampliando a capacidade operacional do Comando Militar de Área.

Por fim, uma futura rearticulação na área do Comando Militar do Nordeste, vislumbrando o estabelecimento de novas Brigadas de Infantaria, conforme recomendações no presente trabalho, proporcionará maior poder de combate para a 7ª Divisão de Exército, além da retirada do encargo operacional das 6ª e 10ª Regiões Militares, ficando esses Grandes Comandos Administrativos voltados para suas atividades finalísticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2020a.

_____. Decreto Nr 6.592, de 2 OUT 2008 – **Regulamenta o disposto na Lei no 11.631, de 27 de dezembro de 2007**. Brasília, 2008a.

_____. Decreto Nr 7.294, de 06 Set 2010 – **Política Nacional de Mobilização**. Brasília, 2010a.

_____. - Exército Brasileiro. **EB20-MF-10.101: O Exército Brasileiro**. Brasília, 2019a.

_____. _____. Portaria Nr 1985, de 10 DEZ 2019 da Secretaria Geral do Exército - **Aprova a Missão do Exército, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército**. Brasília, 2019b.

_____. _____. **EB20-MF-10.102: Fundamentos Doutrina Militar Terrestre**. Brasília, 2019c.

_____. _____. **EB70-MC-10.243: Divisão de Exército**. Brasília, 2020b.

_____. _____. **EB70-MC-10.341: Lista de Tarefas Funcionais**. Brasília, 2016a.

_____. _____. **Plano Estratégico do Exército 2020-2023 (EB 10-P-01.007)**. Aprovado pela Portaria nº 1.968, de 3 de dezembro de 2019. Brasília, 2019d.

_____. _____. **Concepção Estratégica do Exército**. Brasília, 2019e.

_____. _____. **Estratégia Nacional de Defesa 2020**. 2020c.

_____. _____. **MD33-M-02: Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. Brasília, 2008b.

_____. _____. **MD51-M-04: Doutrina Militar de Defesa**. Brasília, 2007a.

_____. _____. **Política Nacional de Defesa 2020**. 2020d.

_____. _____. Comando Militar do Nordeste (CMNE). Programa de Rearticulação Operacional do CMNE: **Estudo do Projeto reativação da 7ª Divisão de Exército**. Pernambuco 2021a.

_____. _____. Comando Militar do Nordeste (CMNE). **Estudo de Viabilidade do Projeto Criação da 7ª Divisão de Exército**. Pernambuco 2021b.

NUNES, Richard Fernandez. Apresentação do Comando Militar do Nordeste para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **O CMNE: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro 2022.

NETO, José Alves de Freitas e TASINAFO, Célio Ricardo. **História Geral e do Brasil**. 3ª Edição. Ed Harbra. São Paulo 2016.